



## O terror renegado: a retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)

Rio de Janeiro: Arquivo  
Nacional, 2012.  
276 p.

*Alessandra Gasparotto*

---

Mariluci Cardoso de Vargas<sup>1</sup>

O livro *O terror renegado*, de Alessandra Gasparotto, é resultado da sua dissertação de mestrado em História realizada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), orientada pelo professor doutor Benito Bisso Schmidt, que apresenta a obra. Sua pesquisa contribui de forma inovadora para a historiografia sobre a esquerda frente à ditadura civil-militar, pois trata das retratações públicas e dos casos de *arrepentimentos* protagonizados por militantes ligados a organizações ou partidos que resistiram ao regime instaurado no Brasil em 1964. Pela originalidade do tema abordado e pelas rigorosas análises, a investigação ficou entre os três melhores trabalhos do Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas no ano de 2010, sendo publicada pelo Arquivo Nacional.

Embora a produção literária e historiográfica sobre a esquerda brasileira seja ampla, o mérito de Gasparotto está justamente no fato de redimensionar um tema ainda não contemplado pelas pesquisas, partindo de uma compreensão do seu processo histórico. A historiadora demonstra como os casos de *arrepentimentos* foram apropriados pela repressão governamental de forma a transformá-los em propaganda do regime e em tática de guerra psicológica, promovendo não apenas o descrédito das organizações de esquerda para a opinião pública, mas também legitimando o aumento da repressão aos militantes políticos. Além disso, a pesquisa explora os variados motivos que teriam levado os militantes a se retratarem e, com isso, desconstrói uma possí-

vel homogeneidade do grupo dos *arrepentidos*, em torno dos quais se construiu uma imagem desmoralizante, configurada em “traidores” e “desbundados”.

Ao longo de três capítulos, a narrativa cuidadosa e detalhada envolve os leitores nos casos de retratações públicas, bem como nas trajetórias de seus protagonistas, sem nos colocar à parte do contexto político da época. No primeiro capítulo, “A caminho da reconciliação: as trajetórias dos militantes que protagonizaram retratações públicas”, a pesquisadora situa os leitores no momento político em que se deram os casos de retratação pública a partir de 1970. Gasparotto observa, a partir da historiografia sobre as organizações de esquerda, que os grupos estavam tensionados devido ao grande número de “quedas” e de contrapontos entre as organizações que disputavam a resistência ao regime. O fio condutor são os casos de retratações apresentados de forma cronológica conforme aparecem na imprensa. A partir daí, uma variedade de trajetórias e motivos serão apontados a fim de nos levar a compreender como as ações se deram, motivadas por razões tão diversas: conflitos com as próprias organizações de esquerda, a esperança de sobreviver às torturas ou livrar-se momentaneamente delas, a obrigação por meio da coerção e até a veiculação de *arrepentimentos* não consentidos por militantes, mas elaborados pelos militares. A sistematização dos casos se dá em uma tabela (entre as páginas 113 e 116) que permite visualizarmos os nomes, as organizações ou os partidos, as idades no momento da retratação, os estados de origem, as datas da divulgação e as formas como as retratações dos 42 militantes relatados foram apresentadas.

No segundo capítulo, intitulado “Repúdio ao terrorismo: a veiculação dos *arrepentimentos* na imprensa e as mensagens dos *arrepentidos*”, Gasparotto analisa as motivações por parte do governo em divulgar as retratações públicas, sem isentar as empresas de comunicação, que, embora estivessem sob controle, demonstravam forte adesão ao projeto de governo dos militares. Interessante notar que, para além do controle exercido pelo governo militar sobre a informação e a comunicação interna, os órgãos militares tentavam, sem sucesso, controlar a imagem do Brasil também no exterior. Há o destaque da autora para as evidências do quanto, ainda hoje, temos dificuldades em detectar algumas ações por parte dos órgãos militares, uma vez que os pesquisadores ainda não possuem acesso aos arquivos originados pelos ministérios, secretarias e aparatos repressivos em sua totalidade. Nas palavras da historiadora:

Não foi possível esclarecer em definitivo quais órgãos governamentais foram responsáveis pela organização e divulgação das retratações públicas protagonizadas por militantes de organizações que combatiam a ditadura. (...) Apesar

de não ter sido possível identificar com clareza a quem cabia a responsabilidade dos episódios de retratação pública, os dados apresentados sugerem que houve participação de diferentes setores do governo, envolvendo órgãos de repressão, informação e propaganda. (p. 123-124)

Apesar de não conseguir alcançar a origem dos investimentos na retratação pública dos militantes de esquerda como propaganda do governo, Gasparotto demonstra o interesse civil na divulgação dos *arrepentimentos*. Embasada numa bibliografia sobre a temática da informação no contexto ditatorial, reitera o fundamental papel da imprensa na notabilidade do que era de interesse do regime, além da criminalização das ações da esquerda, despolitizando-as e contribuindo, desse modo, para a desmoralização das organizações e dos partidos que queriam derrubar a ditadura. Assim, a opinião pública era levada a defender o Brasil “restaurado” a partir da “revolução de 1964”, em “paz consigo mesmo” e com a missão de livrar os jovens que foram desviados do “bom caminho” pelas drogas e promiscuidade, estas incentivadas pela “doutrina alienígena do comunismo”.

No terceiro e último capítulo, “Marcados pelo resto da vida: memórias sobre os arrependimentos, memórias dos arrependidos”, a pesquisadora explora alguns temas específicos que perpassam as lembranças da militância até a retratação e os desdobramentos relativos a estas ações. Por questões metodológicas, o capítulo se centra nos fragmentos das memórias de seis militantes, passagens selecionadas de acordo com algumas questões, a saber: a sinceridade das exposições realizadas por eles na época; a violência e as torturas sofridas na prisão; a reação dos segmentos da esquerda diante das retratações; o período pós-retratação. Além de analisar as memórias orais, a historiadora destaca o livro *Náufrago da utopia*, narrativa autobiográfica de um dos arrependidos. Por fim, há igualmente uma atenção especial aos silêncios e esquecimentos que estão diretamente ligados ao ato de lembrar.

Este último capítulo, a meu ver, é o de maior sensibilidade, pois nos coloca no universo de escolhas – que não eram tão amplas como quiseram crer alguns militantes – diante de conjunturas as quais não nos cabe julgamento, mas apenas compreensão, o que é muito bem realizado por Alessandra Gasparotto. Os caminhos tomados pela pesquisadora nesse momento da pesquisa permitiu a valorização das peculiaridades inerentes a cada caso, demonstrando suas implicações e localizando os protagonistas das polêmicas retratações em um grupo que se lançou à luta e foi perseguido, preso, torturado, enquanto “a maior parte da sociedade permaneceu calada ou apoiou o regime”<sup>2</sup>

Esta obra insere-se, portanto, na historiografia da esquerda brasileira, inaugurando uma temática delicada e mais do que isso, sem perder de vista

um posicionamento político ideológico e de certo “engajamento”, como nos coloca Hobsbawm<sup>3</sup>. Tecer a história da resistência à ditadura demarca variados sentimentos frente ao escancaramento das opressões. Por isso, como denota Araújo, contribuir com a história da esquerda requer paixão, “uma paixão capaz de mover homens e mulheres na tentativa de mudança e de transformação das sociedades em que vivem”<sup>4</sup>.

Não posso deixar de pontuar a utilização de variadas fontes históricas, bem como a reprodução de algumas, oportunizando ao leitor a verificar tanto as fontes resultantes das entrevistas de história oral, os diálogos estabelecidos por *e-mails*, além das notícias de jornais e revistas. Entre estas fontes estão documentos do acervo policial do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-/SP), cujas reproduções estão no corpo do texto e também nos anexos. Assim, ao mesmo tempo em que a historiadora nos oferece a matéria-prima documental e oral que compôs a sua pesquisa, apresenta um rigor metodológico impecável ao tecer os questionamentos e alcançar os objetivos propostos.

Diante do que foi posto, cabe apenas sugerir para as próximas edições do livro a inclusão de uma lista de siglas, uma vez que são inúmeros os órgãos citados, as organizações e partidos, assim como um índice onomástico, de modo a facilitar a pesquisa e a localização dos muitos personagens que foram engendrados por essas histórias.

Por fim, para os leitores em geral, o livro é um convite ao universo da resistência à ditadura, dos sofrimentos e das contradições vivenciados pelos militantes de esquerda, do campo limitado de possibilidades dos que ousaram lutar contra o regime, da imprensa acuada pela repressão e do colaboracionismo de algumas empresas de comunicação com o governo militar. Aos pesquisadores das ciências humanas e, sobretudo, aos pesquisadores da temática, o livro serve como referência teórica e metodológica de como deve se desenvolver um grande trabalho de pesquisa.

## NOTA

<sup>1</sup> Mestre em História pela Unisinos, professora de História no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense, *campus* CAVG. Contato da autora: marilucivargas@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> GASPAROTTO, Alessandra. *O Terror Renegado: A retratação pública de integrantes de organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1970-1975)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 252.

<sup>3</sup> HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>4</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. “Por uma história da esquerda brasileira”. *Topoi*. Rio de Janeiro, dezembro de 2002, p. 351.